

Reflexos da crise mundial no Brasil

GAZETA MERCANTIL

17 SET 1982

por Sidnei Basile
de São Paulo

Finalmente, ao longo desta semana a captação de recursos externos para o Brasil voltou a deslanchar, depois de duas semanas em que o mercado internacional se retraiu, em consequência da renegociação da dívida mexicana, do "default" argentino e da reunião do Fundo Monetário Internacional, em que ficaram um pouco mais evidentes os sombrios contornos da conjuntura econômica mundial.

Alta fonte da área monetária ouvida ontem pelo editor Celso Pinto disse que apenas no dia de ontem o Brasil captou US\$ 280 milhões, quantia muito superior à média habitual de US\$ 100 milhões diários. E estimou que em setembro a captação externa ficará num limite algo superior ao US\$ 1 bilhão. Segundo diversas fontes ouvidas por este jornal, o "pacote" de medidas econômicas de austeridade anunciado pelo governo na terça-feira teve um efeito muito positivo

junto aos bancos credores do Brasil para mostrar que a qualidade da gestão da economia continua boa, sem injunções de qualquer espécie — mesmo as eleitorais.

Com isso, esperam as autoridades que se dissipe a intranquilidade de personalidades do meio financeiro que, regressando do clima pesado de Toronto, traziam notícias nada menos do que assustadoras a respeito das contas externas brasileiras.

Na realidade, ao longo de toda a semana circularam versões, entre diversos banqueiros, de que uma grande empresa estatal brasileira não teria conseguido fechar uma posição de US\$ 1,2 bilhão no "overnight", na quarta-feira passada, em Nova York. Isso teria feito com que o Banco do Brasil estourasse seu limite de redesconto no Federal Reserve Board, sendo socorrido, no mesmo dia, pelo Citicorp, depois de gestões conduzidas pelo professor Mário Henrique Simonsen, membro do "board" da corporação.

Dizia-se, mais, que o Brasil fora forçado a vender ouro no mercado internacional para fazer caixa, o que seria indicativo de que as reservas cambiais estavam demasiado baixas.

Essas especulações foram enfaticamente desmentidas ontem pelas autoridades econômicas. "Isso é bobagem, é ridículo", disse o ministro Antônio Delfim Netto, do Planejamento, em São Paulo. "Você acha que a rua Augusta ficaria sabendo de uma coisa dessas antes de Wall Street?", ironizou uma alta fonte da área monetária em resposta a uma pergunta sobre o assunto.

As fontes informaram que o Federal Reserve Board não tem redesconto para bancos estrangeiros; além disso, a alegada estatal não opera com o Banco do Brasil, tendo linhas de crédito de US\$ 5 bilhões, mas apenas com bancos estrangeiros. As operações que faz são cobertas pelo Banco Central, e não pelo Banco do Brasil, renovou suas linhas de crédito no exterior recentemente e sempre honrou seus compromissos em dia. Enquanto isso, o Banco do Brasil, segundo a fonte, "conta com um excelente fundo de liquidez no exterior." O ex-ministro Mário Henrique Simonsen disse que não falou com o Citicorp sobre esse assunto. Ele vai a Nova York no domingo para participar da reunião mensal, rotineira, do "board" da instituição. O ouro não foi exatamente vendido, mas negociado numa operação "swap", que prevê a sua recompra — o total transacionado também é muito pequeno, de apenas US\$ 92,8 milhões, e o "swap" foi feito, segundo a Seplan, para que o País se beneficiasse da alta do ouro no mercado internacional.

As fontes admitem, contudo, que o mercado esteve ruim nos últimos quinze dias. Segundo fonte qualificada da área monetária, o interbancário "esteve seco", o que "foi preocupante", mas começou a melhorar quando o ministro das Finanças do México, Jesús Silva Herzog, enviou telex aos bancos internacionais dizendo que seu país honraria seus compromissos de curto prazo.

Hoje, segundo a fonte, o Banco do Brasil está captando "mais do

(Continua na página 12)

Reflexos da crise mundial no...

por Sidnei Basile
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

que captava antes desses quinze dias ruins".

Segundo o Seplan, as medidas de austeridade foram decididas justamente para que os banqueiros internacionais tivessem ciência de que o Brasil faz os ajustamentos necessários à rolagem da dívida e à manutenção do fôlego de suas contas externas. O governo raciocina com o fato de que o Brasil não pode cometer erro semelhante ao do México, que teria decidido esperar pela posse do novo presidente, no final do ano, para fazer os ajustes na economia. Derrapando nos enormes compromissos de curto prazo que possui, perdeu o fôlego, foi à renegociação e agora tem de fazer muito pior do que faria se tivesse feito correções gradativas.

A analogia aplica-se, no caso, às eleições de 15 de novembro. Quando o governo percebeu que 2.800 pessoas tiraram passaporte apenas no último fim de semana — em muitos casos para vender dólares no câmbio negro — tomou a medida restritiva à compra de dólares para turistas, sem hesitação. E quando a conta-petróleo "começou a se mexer", na expressão de fonte da Seplan, o aumento do preço da gasolina veio imediatamente. O governo está convencido de que não são medidas econômicas como essas que ganham ou perdem eleições. Mas a ausência delas, quando se fizessem necessárias, poderia comprometer a imagem da boa gestão da política econômica brasileira. E isso, se-

gundo se informa na Seplan, não se permitirá.

No entanto, o governo admite que os fatores adversos da economia internacional se refletiram — e continuam refletindo-se — fortemente em nosso país. O governo vê com grande preocupação a redução do potencial de compra do mercado externo, e sabe que alguns setores sofrerão proporcionalmente mais do que outros. Procura, neste momento, articular alguma forma de acordo com o México, de modo que possam trocar petróleo deles por manufaturas brasileiras, já que eles não têm dólares para pagar. O esquema engendrado pelo governo prevê que o produto da venda dos derivados de petróleo seria repassado, em cruzeiros, aos exportadores brasileiros em dificuldades, como a Nardini, que acaba de pedir concordata por não ter recebido de seus clientes mexicanos. Várias outras empresas do setor de máquinas estão em situação de semi-insolvência e quebrarão se algum acordo bilateral não for feito. Na hipótese da troca de manufaturas por petróleo, os mexicanos poderiam até mesmo voltar a importar manufaturas brasileiras, mas nada ainda está definido. O presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, confirmou ontem, em São Paulo, que há gestões para que se obtenha algum tipo de acordo com o México. Um grande empresário do setor de máquinas ligou ainda ontem, às cinco horas da manhã, de Los Angeles para uma autoridade da área econômica, para dizer-lhe que nem conseguira cobrar nada das contas que sua empresa tinha

a receber no México nem conseguira vender nada nos Estados Unidos.

Outros países latino-americanos em dificuldades têm deixado de pagar contas de importação ao Brasil, o que preocupa. A Venezuela, por exemplo, tem uma fatura de importação de açúcar brasileiro no valor de US\$ 60 milhões vencida há noventa dias, e ainda não resgatada — o que, em todo o caso, é contornável, mas inquieta porque revela que os mercados estão fechados a novas compras.

Mas, apesar de todas as dificuldades, as fontes oficiais garantem que o último "pacote" econômico abriu novas portas. Diz uma fonte da Seplan que a experiência, ao longo dos anos, lhe tem demonstrado que "não existe uma objetividade externa, palpável, que se comporte segundo

leis preestabelecidas; acontecerá aquilo que as pessoas julgarem que irá acontecer", diz, para explicar que as medidas foram tomadas para reforçar a consciência dos credores de que as contas estão sob controle no Brasil. E deverão ser complementadas, até o final do ano, por medidas tendentes à redução do subsídio, do déficit público de maneira geral e modificações na política salarial, de forma que o déficit em conta corrente sobre o produto bruto retorne ao patamar de 2,5%.

O governo também especula sobre as especulações dos banqueiros. Uma primeira hipótese que se admite, na Seplan, é que os sobressaltos se devam muito mais a razões de mercado interno do que externo.

E, neste capítulo, o governo crê que os banqueiros estão muito preocupa-

dos com a proibição de que as financeiras trabalhem com pessoas jurídicas — uma das mais rigorosas medidas deste "pacote" de setembro. Na Seplan afirma-se que as financeiras estavam cobrando até 215 a 220% de juros às empresas, o que fazia com que os juros para o tomador se tornassem proibitivos. Enquanto isso, dólares captados no exterior através da Resolução nº 63 ficavam parados no Banco Central à espera de tomadores, conforme apurou este jornal. Agora, com o aumento do compulsório e a proibição às financeiras, o governo espera que as empresas possam servir-se dos recursos externos. E que vençam o temor, também presente no mercado financeiro e enfaticamente desmentido pela Seplan, de uma maxidesvalorização cambial.

Isso tudo deverá induzir os bancos privados brasileiros a uma disposição mais animada em relação à captação externa daqui para a frente. Este jornal apurou ontem que os banqueiros paulistas têm notícias de que o mercado financeiro de Nova York está realmente mais fácil esta semana, o que significa, na linguagem do "mercado", que o custo do dinheiro está mais barato no open market.

Os bancos brasileiros estabelecidos em Nova York continuam pagando, contudo, 1/8 acima das taxas do "overnight" para captar recursos. Lá, eles são instituições de segunda linha, habitualmente sofrendo maiores dificuldades para fechar o caixa — ou "zerar a posição", como se diz no jargão financeiro. Mas a retomada já teria começado, segundo as fontes.